



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



A LITERATURA COMO FONTE DE INFORMAÇÃO NO COMBATE À INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Eliene Pereira dos Santos Heck ¹

Ivanildo José da Silva ²

Resumo: Este trabalho tem como objeto de estudo o livro *Com dor darás à luz: retrato da violência obstétrica no Brasil*, de Thaís Scuiatti Borges de Macedo. A pesquisa tem a finalidade de analisar a obra pelo prisma da literatura, a fim de abordar a invisibilidade da violência obstétrica em muitas mulheres durante a gestação e o parto no âmbito hospitalar e sistemas de saúde. A pesquisa baseia-se em fundamentos teóricos que relacionam literatura e crítica social, investigando elementos narrativos que revelam dinâmicas de poder, dor e resistência no contexto do parto no Brasil. Além disso, o estudo reflete sobre a importância do tema da violência obstétrica e seu impacto nas práticas de saúde pública e nos direitos reprodutivos, reforçando o papel da literatura na construção de um discurso mais humanizado e empático. Como aparato teórico têm-se as contribuições de Macedo (2013), Macedo (2018), Candido (2004), Lajolo (2001), Lima (2019), Martins (2015), dentre outros.

Palavras-chave: Literatura. Violência Obstétrica. Direitos da mulher. Gestante. Puerpério.

Abstract: This work has as its object of study the book *With pain you will give birth: portrait of obstetric violence in Brazil*, by Thaís Scuiatti Borges de Macedo. The research aims to analyze the work, through the prism of literature, in order to address the invisibility of obstetric violence in many women during pregnancy and childbirth in hospitals and health systems. The research is based on theoretical foundations that relate literature and social criticism, investigating narrative elements that reveal dynamics of power, pain and resistance in the context of childbirth in Brazil. Furthermore, the study reflects on the importance of the topic of obstetric violence and its impact on public health practices and reproductive rights, reinforcing the role of literature in building a more humanized and empathetic discourse. As a theoretical apparatus we have the contributions of Macedo (2018), Candido (2004), Lajolo (2001), Lima (2019), Martins (2015), among others.

Keywords: Literature. Obstetric Violence. Women's rights. Pregnant woman. Postpartum.

¹ Acadêmica do oitavo semestre de Letras/Português - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Coxim.

² Doutor em Letras pela Unesp/Ibilce. Orientador. Docente do curso de Letras - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Coxim.

Introdução

O nascimento de um bebê é um dos momentos mais aguardados e celebrados na vida de uma família, carregando consigo uma mistura de emoções que vão da ansiedade à alegria plena. Desde os primeiros sinais da gestação, a família começa a sonhar com o pequeno ser que está por vir, imaginando seu sorriso, suas primeiras palavras e os momentos que compartilharão juntos. A expectativa se intensifica à medida que o dia do parto se aproxima, trazendo com ele a esperança de um novo começo e a promessa do amor incondicional. No entanto, essa jornada pode ser marcada por desafios inesperados - como a violência obstétrica - que podem interromper o sonho de amor e acolhimento.

No Brasil, como também ocorreu e ocorre em Coxim, Mato Grosso do Sul (MS), muitas mulheres enfrentam situações de desrespeito e falta de empatia durante o parto, em que suas vozes são silenciadas e seus desejos ignorados. Tal circunstância pode transformar um momento sagrado em uma experiência traumática, de modo que a alegria do nascimento se misture à dor emocional e a sensação de impotência. A interrupção desse momento de ternura absoluta não afeta somente a mãe, mas reflete em toda a família, criando um espaço em que é necessário resgatar o afeto e a conexão que deveriam ser celebrados no início da vida. Deste modo, é fundamental promover um parto mais humanizado, no qual cada história seja respeitada e todo nascimento possa ser vivenciado com dignidade.

Da mesma forma, o surgimento de uma obra literária é um dos momentos mais esperados na vida do autor, semelhante ao nascimento de uma criança. Desde os primeiros rabiscos, o escritor começa a sonhar com as palavras que irão ganhar vida, ao imaginar os personagens que habitarão suas páginas e as histórias que tocarão o coração dos leitores. A literatura surge da necessidade humana de contar histórias e refletir sobre a condição da existência do ser humano, promovendo empatia e inspirando mudanças. Ela não apenas entretém, mas também é um poderoso agente de transformação, capaz de influenciar pensamentos e ações ao longo do tempo, como ocorre em *Com dor darás à luz: retrato da violência obstétrica no Brasil*, que aborda, por um viés literário um tanto cirúrgico e doloroso, a violência no parto de forma esclarecedora e informativa, debatendo temas como agressões verbais, negligências no

atendimento, realização de cesariana e procedimentos médicos desnecessários, atendimento digno e humanizado, como denunciar e relatos de partos repletos de emoções.

É neste sentido que este trabalho de conclusão de curso corrobora para a conscientização e prevenção acerca da violência obstétrica no Brasil, na promoção de atendimentos mais humanizados em hospitais e sistemas de saúde.

1. Palavras que libertam: a denúncia da violência obstétrica por meio da literatura

Um livro reflete não apenas o autor e seu tempo, mas ajuda o leitor a ter um pensamento crítico. Alguns autores transmitem através da literatura suas impressões para criticar e orientar sobre problemas sociais. É o que acontece em *Com dor darás à luz: retrato da violência obstétrica no Brasil* que aborda de forma contundente a violência obstétrica, revelando as experiências traumáticas que muitas mulheres inocentes enfrentam durante o parto. A autora tem um pensamento crítico e sensível em sua escrita ao expor as práticas desumanizadas que permeiam o sistema de saúde, destacando a importância de um atendimento respeitoso e humanizado. Através de relatos e dados, o livro não somente denuncia essa realidade, como também propõe reflexões sobre a necessidade de mudanças estruturais para garantir os direitos das gestantes e a dignidade no momento do nascimento do bebê.

O livro se passa em um contexto contemporâneo, refletindo a realidade atual da saúde materna no país. A obra explora a complexidade da maternidade e as dores emocionais e físicas que a acompanham, contribuindo para um debate necessário sobre os direitos das gestantes no Brasil. Este livro enriquece a literatura com sua linguagem afetiva e reflexiva, se insere na história brasileira ao destacar questões sociais relevantes, promovendo uma maior conscientização sobre a experiência materna e as injustiças enfrentadas por muitas mulheres no país.

Julgar o que é a literatura não é uma tarefa fácil. Tudo que foge dos cânones literários e causa certa estranheza, o diferente, o novo, o que destoa dos padrões das grandes produções, é considerado Literatura? Marisa Lajolo em *Literatura: leitores e leitura* (2002) enfatiza a importância do contexto social e cultural na interpretação da literatura. A autora explora como a experiência de leitura é influenciada por fatores como identidade, formação e expectativas do leitor e também aborda a dinâmica da leitura como um ato ativo, em que o leitor não se limita à decodificação de palavras, mas engaja-se em um processo ativo de construção de significados, moldado por suas experiências pessoais; destacando a subjetividade da leitura e o papel fundamental do leitor na criação de sentido literário. E, debater sobre violência e partos pode ser considerado literatura? O que um texto informativo, investigativo, com relatos de

puérperas, tem de interessante? Quem define o que é literatura? O crítico literário Antonio Candido, em *Vários escritos* (2004), explora a relação entre a literatura, sociedade e educação; defendendo a ideia de que a literatura é um direito fundamental para o desenvolvimento humano e social.

“Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações.”
(CÂNDIDO, 2004, p. 174)

Considerando a terminologia literatura, a reportagem e as investigações descritas na obra *Com dor darás à luz: retrato da violência obstétrica no Brasil* é uma das mais belas e importante literatura desconhecidas na atualidade. Apesar de ser um livro que aborda temas sociais e de saúde, o livro apresenta uma narrativa envolvente, que busca sensibilizar o leitor sobre a violência no parto e puerpério; provoca a reflexão através de relatos reais de pessoas que sofreram diferentes tipos de experiências traumáticas. O livro traz uma profundidade emocional e humanizadora. Embora seja uma crítica social, vai além da simples apresentação de dados, à vista disso busca empatia, conscientização, posicionamento, uma vez que são características fundamentais da literatura.

2. Entre lutas e letras: a violência obstétrica como direito na narrativa literária

Violência obstétrica são todas as ações abusivas, desrespeitosas, humilhantes, repressivas ou negligentes durante a gravidez, parto e pós-parto. Tais condutas podem ser cometidas por profissionais de saúde ou resultar de políticas institucionais que violam os direitos das mulheres; pode se manifestar de várias maneiras, como desinformação (as mulheres não recebem informações adequadas sobre os procedimentos e intervenções) e coerção (são forçadas a aceitar intervenções sem o seu consentimento), insultos e xingamentos. Um exemplo comum é a realização de episiotomia (um corte na região perineal, sem que a paciente tenha sido informada ou sem necessidade). Para D'oliveira, Diniz e Schraiber (2002), a literatura não apresenta uma

definição única para violência obstétrica. Eles classificam essa violência em quatro tipos: negligência, violência psicológica, violência física e violência sexual. Sanfelice et al. (2014) descreve como ações psicológicas e físicas, incluindo ironias, ameaças, coerções e manipulações corporais desnecessárias. Exemplos comuns incluem episiotomias de rotina, proibição de acompanhantes e uso de intervenções sem evidência científica (Diniz, 2009; Leal et al., 2014).

De acordo com Macedo (2013), as práticas como a Manobra de Kristeller, a falta de consentimento informado, e a violência verbal e física contra mulheres em processo de parto, acontece tanto pela naturalização dessas práticas, quanto pela ausência de responsabilização e fiscalização adequada nas maternidades. Apesar das contraindicações médicas e da oposição de órgãos de saúde, a Manobra de Kristeller ainda é praticada. Para mais, procedimentos como episiotomias e toques vaginais excessivos, muitas vezes realizados sem consentimento, reforçam a hierarquia e supremacia do médico obstetra.

A violência obstétrica é um tema complexo e delicado, de modo que a sua caracterização como crime pode variar dependendo da jurisdição. No Brasil, a violência obstétrica não é tipificada como um crime específico no *Código Penal*. No entanto, pode ser enquadrada em outras formas de violência, como a violência física, psicológica ou até mesmo em situações de negligência e omissão por parte dos profissionais de saúde. Atualmente, a violência física no parto, utiliza-se a pena de lesão corporal grave, pena de 1 a 5 anos de reclusão. É importante destacar que a Lei nº 13.431/2017, que trata da proteção de crianças e adolescentes, menciona a violência obstétrica como uma forma de violência contra a mulher. Além disso, o *Ministério da Saúde* e várias organizações de direitos humanos têm se mobilizado para reconhecer e combater essa prática.

A obtenção de provas é o maior obstáculo para se fazer uma denúncia de violência obstétrica, uma vez que a mulher vivencia essa violência em um ambiente isolado. A fragilidade da mulher durante o parto, aliada à ausência de testemunhas imparciais, torna a violência obstétrica um crime difícil de ser provado. Desacompanhada, em um ambiente cerceado por profissionais de saúde, a vítima muitas vezes se sente intimidada e incapaz de denunciar os abusos sofridos, o que perpetua um ciclo de impunidade. Para Isabella Lima em *Violência obstétrica como violência institucional de gênero e formas de combate por meio de políticas*

públicas e implementação legislativa, a violência obstétrica é comparada ao abuso sexual, reforçando a ideia de que a mulher não possui controle sobre seu próprio corpo durante o parto. “Tal realidade se assemelha aos casos de estupro, todavia, nestes há uma valoração da palavra da vítima que não possui meios, muitas vezes, de provar o ocorrido.” (Lima, 2021, p.31).

A questão da violência obstétrica é abordada em diversas legislações e normativas que visam proteger os direitos das mulheres. A *Lei do Parto Humanizado* no Brasil é formalmente conhecida como *Lei nº 11.108*, de 7 de abril de 2005. Essa lei garante às mulheres o direito de ter um acompanhante durante o trabalho de parto e o pós-parto imediato, além de promover práticas que respeitem a autonomia da mulher e favoreça um ambiente mais acolhedor e humanizado. A lei estabelece que as instituições de saúde devem permitir a presença do acompanhante escolhido pela parturiente, seja ele um familiar ou uma pessoa de sua confiança. Essa é uma importante medida para garantir que as mulheres se sintam apoiadas e seguras durante este momento tão significativo.

No presente momento, há diversos projetos de lei em tramitação. O mais recente, o *Projeto de Lei nº 2082 de 2022*, que propõe alterações no Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) com o objetivo de tipificar como crime a prática de obstetria que coloque em risco a saúde da gestante ou do recém-nascido. Aqui estão os principais pontos que podem ser alterados: o projeto sugere que práticas obstétricas inadequadas ou negligentes que resultem em dano à saúde da mulher ou do bebê sejam tipificadas como crimes, estabelecendo penas para os responsáveis. Ademais, o texto pode incluir definições mais claras sobre quais ações ou omissões dos profissionais de saúde podem ser consideradas como crime, visando garantir a segurança e os direitos das gestantes. O projeto enfatiza a responsabilidade dos profissionais de saúde em seguir protocolos adequados e respeitar as normas éticas e legais durante a assistência ao parto. Além da punição, também pode incluir medidas educativas e preventivas para promover uma assistência obstétrica segura e humanizada. Salienta-se que é importante acompanhar o andamento desse projeto na Câmara dos Deputados e no Senado, pois ele pode passar por modificações antes de ser aprovado.

Em Mato Grosso do Sul, temos a *Lei nº 5.217/2018*, dispõe sobre a implantação de medidas de informação e de proteção à gestante e à parturiente contra a violência obstétrica no

estado, e dá outras providências, a lei prevê que cada hospital público deve ter essas orientações fixadas no mural. Na grande maioria, por falta de informação as mulheres não entendem a gravidade da violência sofrida, pensam que são apenas procedimentos padrões e de rotina.

No contexto da violência obstétrica, muitas mulheres enfrentam situações de desrespeito e abuso durante o parto e os cuidados maternos. A sororidade se manifesta quando mulheres se reúnem para compartilhar suas histórias, experiências e conhecimentos sobre os direitos que possuem durante a gestação e o parto. Os grupos de gestantes e o pré-natal desempenham um papel crucial na preparação das futuras mães para a maternidade, proporcionando um espaço de apoio emocional e troca de experiências. As unidades de saúde oferecem informações valiosas sobre os cuidados durante a gestação e o parto, além de promover o fortalecimento de laços entre as participantes. Ao trocar informações e relatos, elas não apenas se fortalecem individualmente, mas também criam uma rede de apoio que pode ajudar outras a se sentirem mais confiantes no intuito de reivindicar seus direitos. Grupos de mulheres têm se mobilizado para exigir mudanças nas políticas de saúde, promovendo campanhas de conscientização que visam informar tanto as gestantes quanto os profissionais de saúde sobre a importância do respeito à autonomia feminina.

Essas iniciativas ajudam a disseminar o conhecimento sobre o que constitui violência obstétrica e como as mulheres podem se proteger. O compartilhamento de experiências também desempenha um papel crucial na desmistificação do parto e na redução do medo associado a ele. Quando as mulheres falam abertamente sobre suas vivências (tanto as positivas, quanto as negativas), oferecem uma perspectiva realista que pode preparar outras para enfrentar os desafios do sistema de saúde com mais segurança. Essa troca é essencial para fomentar um ambiente onde cada mulher se sinta empoderada a expressar suas necessidades e desejos durante o processo de parto.

A presença de doulas e enfermeiras obstétricas é fundamental no suporte às gestantes durante a gravidez, o parto e o pós-parto, contribuindo significativamente para uma experiência de parto mais humanizada e positiva. As doulas oferecem apoio emocional e físico, ajudando as mulheres a se sentirem mais seguras e confiantes em suas escolhas, enquanto as enfermeiras obstétricas trazem conhecimento técnico e expertise, garantindo que as gestantes recebam cuidados adequados e respeitosos. Juntas, essas profissionais promovem um ambiente acolhedor,

onde as necessidades e desejos das mulheres são ouvidos e respeitados, o que pode reduzir a ansiedade e o estresse associados ao parto. Além disso, a atuação conjunta de doulas e enfermeiras obstétricas tem sido associada a melhores desfechos de saúde para mães e bebês, ressaltando a importância de uma abordagem integrada no cuidado pré-natal e durante o trabalho de parto.

A unicidade feminina é uma resposta necessária à violência obstétrica, de modo a promover a solidariedade entre mulheres, criando redes de apoio e informação sobre a forma como o parto é tratado na sociedade. Juntas, as mulheres podem construir um futuro onde a violência obstétrica não tenha espaço e onde cada nascimento seja celebrado com dignidade e respeito.

3. *Com dor darás à luz: uma narrativa literária sobre o direito da mulher e a invisibilidade da violência obstétrica*

Com dor darás à luz: Retrato da violência obstétrica no Brasil é uma obra que aborda de maneira profunda e crítica a violência obstétrica. A autora combina pesquisa acadêmica, relatos pessoais e análise social para evidenciar as diferentes formas de violência que as mulheres enfrentam durante o processo de parto e puerpério. O livro discute como práticas médicas desumanizadas, a falta de consentimento informado e a negação de direitos das parturientes que se manifestam nas instituições de saúde; explora também o impacto psicológico e emocional que essa violência causa nas mulheres, muitas vezes perpetuando traumas que podem durar por toda a vida; defende um modelo mais humanizado e respeitoso que priorize a autonomia e o bem-estar das mulheres. Através de sua narrativa envolvente, a autora busca conscientizar leitores sobre a importância de reconhecer e combater a violência obstétrica como um problema social relevante.

A estrutura do livro mescla pesquisa, experiências pessoais e análise crítica, permitindo a apresentação de dados concretos e a humanização da discussão por meio das histórias de mulheres afetadas. O tema central é a violência obstétrica, explorada em suas dimensões físicas, psicológicas e institucionais. A linguagem utilizada é acessível, mas ao

mesmo tempo carregada de um tom sério e crítico. A autora utiliza técnicas como o uso de depoimentos e testemunhos para criar uma conexão emocional com o leitor. Esses relatos pessoais são fundamentais para ilustrar a realidade enfrentada por muitas mulheres, tornando as estatísticas mais tangíveis.

Outra temática importante é a autonomia das mulheres sobre seus próprios corpos. A autora, Thays Macedo, defende que as parturientes devem ter voz ativa no processo de parto e que suas escolhas devem ser respeitadas. O plano de parto é um documento essencial que permite às gestantes expressar suas preferências e expectativas sobre o processo de parto. Ele serve como uma ferramenta de comunicação entre a mãe e a equipe de saúde, garantindo que as escolhas da mulher sejam respeitadas durante o trabalho de parto e o nascimento do bebê. Ao elaborar um plano de parto, a gestante pode incluir detalhes sobre o ambiente desejado, opções de alívio da dor, presença de acompanhantes e intervenções médicas preferidas ou evitadas. Essa prática promove um sentimento de controle e empoderamento, contribuindo para uma experiência mais positiva e alinhada com os desejos da mãe, ao mesmo tempo em que facilita o entendimento e a colaboração da equipe médica.

A obra discorre também sobre o impacto psicológico da violência obstétrica, destacando como essas experiências podem afetar a saúde mental das mulheres, levando à ansiedade, depressão e traumas duradouros. Propõe uma reflexão sobre a necessidade de uma mudança cultural nas práticas obstétricas, enfatizando a importância do respeito, empatia e humanização no atendimento às mulheres durante o parto. “Uma a cada quatro mães de filhos brasileiros sofreram algum tipo de maltrato durante o parto, foram cortadas e mutiladas, humilhadas e abusadas. Uma a cada quatro” (MACEDO, 2018, p. 9).

O excerto apresenta uma denúncia sobre a violência obstétrica no Brasil, utilizando uma estatística impactante para destacar a gravidade do problema. A repetição da expressão "uma a cada quatro" reforça o caráter alarmante da situação, gerando um efeito de ênfase e sensibilização do leitor. Ao incluir termos como "cortadas", "mutiladas", "humilhadas" e "abusadas", a autora evidencia os danos físicos e psicológicos, ressaltando a abrangência dessa violência. Além disso, a estrutura da frase, cria um ritmo que provoca reflexão. Essa construção narrativa informa e mobiliza ao escancarar a naturalização de práticas abusivas no contexto do parto.

Este livro é mais do que uma crítica à violência obstétrica, é um chamado à ação para transformar as práticas obstétricas no Brasil, uma vez que utiliza sua voz como pesquisadora e narradora para iluminar questões sociais que afetam diretamente a vida das mulheres. O livro informa e também inspira uma reflexão profunda sobre direitos reprodutivos e a necessidade de um atendimento mais humano e respeitoso.

Para transformar as práticas obstétricas, é fundamental promover a educação e a conscientização tanto entre profissionais de saúde quanto entre gestantes e suas famílias. Isso pode ser alcançado através de treinamentos que enfatizem a humanização do parto, o respeito aos direitos das mulheres e a importância do consentimento informado. A implementação de diretrizes baseadas em evidências para o atendimento ao parto, além da valorização de métodos não farmacológicos para alívio da dor, são ações cruciais. Incentivar a criação de ambientes acolhedores e respeitosos nas maternidades, onde as mulheres se sintam seguras e apoiadas, também é essencial. Além disso, fomentar o diálogo aberto sobre as experiências do parto e promover grupos de apoio podem ajudar a desmistificar o processo, contribuindo para uma mudança cultural nas práticas obstétricas. Essas ações juntas podem levar a uma experiência de parto mais respeitosa e saudável para todas as mulheres.

Tornar a literatura acessível a todos é fundamental para promover a informação. Uma forma de alcançar esse objetivo é diversificar as estratégias de divulgação, utilizando tanto plataformas online, como as redes sociais, quanto espaços físicos, como bibliotecas e escolas. A criação de clubes do livro, a realização de eventos com autores e a produção de materiais visuais são algumas das ações que podem ser implementadas. Ao abordar temas relevantes para diferentes públicos, como saúde, maternidade e direitos das mulheres, e ao utilizar formatos variados, como livros, resenhas, vídeos e infográficos, podemos estimular o interesse pela leitura e a troca de experiências.

Conclusão

A literatura desempenha um papel importante no combate à violência obstétrica, pois possibilita escuta e voz às mulheres em situação de vulnerabilidade e promove a conscientização sobre questões sociais importantes. Por meio de relatos pessoais - como ancorado em *Com dor darás à luz: retrato da violência obstétrica no Brasil* - a literatura corrobora com a visibilidade às experiências de mulheres que sofreram violência obstétrica, desafiando o silêncio e o estigma que muitas vezes cercam tais relatos. Nos últimos anos, houve mudanças significativas nas legislações que visam proteger as mulheres, mas ainda estamos longe da concretização de uma lei federal que garanta que os responsáveis sejam devidamente punidos.

As boas práticas obstétricas são fundamentais para prevenir a violência no parto e promover uma experiência respeitosa e segura para as gestantes. Isso envolve a adoção de atitudes profissionais que priorizem o respeito, a empatia e a escuta ativa das necessidades das mulheres. Profissionais de saúde devem ser treinados em comunicação eficaz, garantindo que as gestantes sejam informadas sobre seus direitos e opções durante o trabalho de parto. Além disso, é crucial implementar protocolos que incentivem o uso de métodos naturais de alívio da dor, a presença de acompanhantes de escolha da mulher e a minimização de intervenções desnecessárias. Ao criar um ambiente acolhedor e livre de julgamentos, onde as mulheres se sintam seguras para expressar suas preocupações e desejos, os profissionais podem contribuir significativamente para reduzir a violência obstétrica e promover uma experiência de parto mais humanizada e positiva.

Para aquelas que enfrentam essa realidade é crucial saber onde buscar ajuda: organizações não governamentais, grupos de apoio e principalmente, não deixar de realizar um boletim de ocorrência em uma delegacia mais próxima. Além disso, a união feminina é fundamental na luta contra a violência obstétrica. Ao compartilhar experiências e informações - como pretende-se neste artigo -, as mulheres podem se empoderar e exigir um atendimento humanizado, digno e seguro. Somente por meio da conscientização, da solidariedade e da mobilização coletiva poderemos transformar o cenário da violência obstétrica no Brasil.

As redes sociais são uma ferramenta poderosa para combater a violência obstétrica e disseminar informações sobre o tema; criar conteúdo informativo que explique o que é a violência obstétrica, suas formas e consequências, utilizando posts com dados, infográficos e vídeos curtos que abordam experiências de mulheres. Além disso, incentivar o compartilhamento

de histórias pessoais pode humanizar o problema e mostrar que muitas pessoas enfrentam essa realidade. É importante também divulgar recursos e materiais, como literatura, artigos acadêmicos e livros que tratem do tema.

Outra estratégia eficaz é organizar campanhas nas redes sociais para promover a conscientização, utilizando dias temáticos e hashtags relevantes que incentivem a discussão. Colaborar com profissionais da saúde para criar conteúdo conjunto, como lives ou webinars, pode enriquecer o debate sobre a importância do respeito no atendimento às gestantes. Além disso, promover materiais que informem as mulheres sobre seus direitos durante o parto e pré-natal é crucial.

Criar ou participar de grupos de apoio online também pode ser uma forma eficaz de proporcionar um espaço seguro para discussão e troca de experiências. O uso de hashtags populares relacionadas ao tema ajudará a aumentar a visibilidade do seu conteúdo. As redes sociais oferecem uma plataforma valiosa para apoiar e empoderar mulheres, promovendo mudanças significativas na percepção e vivência do parto.

Este trabalho evidenciou que a violência obstétrica, enquanto prática comum e prejudicial, vai além da agressão física, abrangendo também a negação da autonomia e da informação às mulheres durante o parto. Um ponto central do estudo foi a análise de práticas abusivas, como a realização de episiotomias e outros procedimentos sem consentimento, que reforçam a naturalização de condutas danosas e perpetuam a invisibilidade desse tipo de violência. A pesquisa também enfatizou a relevância de incluir esse tema nos debates jurídicos e acadêmicos, ampliando sua visibilidade e promovendo mudanças estruturais nas redes de atenção à saúde.

É neste sentido que a literatura tem o poder de inspirar mudanças, ao dar voz às mulheres que vivenciaram a violência obstétrica, tornando visível um problema que muitas vezes é silenciado. Ao compartilhar suas histórias, essas mulheres inspiram outras a buscarem seus direitos e a exigir um atendimento de qualidade. Ao ler sobre essas experiências, os leitores são convidados a se tornar agentes de mudança, promovendo a discussão sobre o tema e pressionando por políticas públicas que garantam uma assistência humanizada durante o parto.

Referências

ABAURRE, Maria Luiza. **Português: língua, literatura, produção de texto: volume único/** Maria Luiza Abaurre, Marcela Nogueira Pontara, Tatiana Fadel. – 2. Ed. – São Paulo: Moderna, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 abr. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111108.htm. Acesso em: 15 de Outubro de 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, 5 abr. 2017. Seção 1, p. 2. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/politicas-de-justica/EJUS/fluxo-geral-lei-13-431-de-2017-atualizado-em-26_10_2022.pdf. Acesso em: 19 de Outubro de 2024.

BRASIL. **Lei Estadual/MS nº 5.217, de 26 de junho de 2018.** Altera a Lei nº 3.953, de 10 de janeiro de 2011, que estabelece diretrizes para a política estadual de saúde da mulher e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 26 Jun. 2018. Disponível em: < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=361631> >. Acesso em: 25 de Novembro de 2024.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura. In: Vários escritos.** 4. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Duas Cidades, Ouro sobre Azul. 2004, p. 169-191.

DINIZ, Simone Grilo; CHACHAM, Alessandra S. **O “corte por cima” e o “corte por baixo”: o abuso de cesáreas e episiotomias em São Paulo.** *Questões de saúde reprodutiva*, 2006, vol. 1, p. 80-91.

DINIZ, Simone Grilo. **Gênero, saúde materna e o paradoxo perinatal.** *Journal of Human Growth and Development*, 2009, vol. 19, p. 313-326.

DINIZ, Simone Grilo, et al. **Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para sua prevenção.** *J Hum Growth Dev*, 2015, vol. 25, p. 377-376.

LAJOLO, Marisa. **Literatura: leitores e leitura.** São Paulo: Moderna, 2001.

LIMA, Isabella Gonçalves de. **Violência obstétrica como violência institucional de gênero e formas de combate por meio de políticas públicas e implementação legislativa.** São Paulo, 2019. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Direito) – Universidade Presbiteriana Mackenzie.

MACEDO, Thaís Scuiatti Borges de. **Com dor darás à luz: Retrato da violência obstétrica no Brasil.** ed. Kindle 2018.

MACEDO, Thaís Scuiatti Borges de. **Com dor darás à luz: violência obstétrica no Brasil.** 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MARTINS, Giovana Maria Carvalho. **O uso de literatura como fonte histórica e a relação entre literatura e história.** 2015.

MIRIAN. **Comentário sobre o livro Com dor darás à luz: Retrato da violência Obstétrica no Brasil.** Amazon. 26 de Dezembro de 2019. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Com-dor-dar%C3%A1s-luz-obst%C3%A9trica-ebook/dp/B07FZ781JX/ref=sr_1_1?dib=eyJ2IjoiMSJ9.oZ5XvDo1DZnj9iDJOvbPAIssInq5Ln4ZL-4j1AaXKU.Odi0q68FpopWsgOn4aEKXmikAo0dtaSTzkLtyMZeQNI&dib_tag=se&qid=1729485659&refinements=p_27%3Atha%C3%ADs+S.+B.+Macedo&s=digital-text&sr=1-1#customerReviews. Acesso em: 28 de Setembro de 2024.

SILVA, Ana Letícia Batista Alves. **Com dor darás à luz: aspectos jurídicos da violência obstétrica.** 2021. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Direito) – Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), Natal, 2021.

TOBALDINI, Syl S.. **Comentário sobre o livro Com dor darás à luz: Retrato da violência Obstétrica no Brasil.** Goodreads. 30 de Janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.goodreads.com/book/show/41128662-com-dor-dar-s-luz>. Acesso em: 28 de Setembro de 2024.